

PORTUGAL

Informação a comunicar ao abrigo da Diretiva 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção

I - Informação a comunicar nos termos do artigo 3º, nº 1 da Diretiva

Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 71/2015, de 20 de julho, é competente para emitir uma decisão europeia de proteção a autoridade judiciária que tiver tomado a decisão de aplicação de medida de coação, de injunção ou regra de conduta, no âmbito da suspensão provisória do processo, ou de pena, que impliquem o afastamento ou a proibição de contacto com a pessoa protegida. Caso o processo onde foi proferida a decisão de aplicação de medida de coação, de injunção ou regra de conduta, no âmbito da suspensão provisória do processo, em fase de inquérito, ou de pena, transite para outra fase processual, é competente para emitir a decisão europeia de proteção a autoridade judiciária que for, à data, titular do processo.

Nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 71/2015, de 20 de julho, é competente para o reconhecimento e execução de uma decisão europeia de proteção a secção de competência genérica da instância local ou, em caso de desdobramento, a secção criminal da instância local da comarca da área da residência ou do local de permanência da pessoa protegida.

II - Informação a comunicar nos termos do artigo 4.º, nº 3 da Diretiva

Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 71/2015, de 20 de julho, para assistência em toda a correspondência oficial que diga respeito à emissão e execução da decisão europeia de proteção, é designada, como Autoridade Central, a Procuradoria-Geral da República.

III - Informação a comunicar nos termos do artigo 21.º, nº2 da Diretiva

Diretiva transposta pela Lei n.º 71/2015, de 20 de julho, que estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção.

Versão atualizada disponível em:

<https://dre.pt/home/-/dre/69839458/details/maximized>